

Deontologia marginal : dando voz ao "outro" presente nos morros cariocas

Marginal ethics: giving voice to the "other" in slums

Felipe Rodrigues*
Eni Orlandi**

RESUMO: Este trabalho busca analisar a pluralidade presente em trabalhos jornalísticos em livros-reportagem. A análise é sobre os livros *Abusado*, de Caco BARCELLOS (2004), e *Cidade de Partida*, de Zuenir VENTURA (1995), com possibilidades de cobrir a violência do país de uma maneira menos simplista e mais humana. Reportagens que possam escapar dos estereótipos, dando voz ao "outro" desconhecido que está presente nas favelas. Toda a produção discursiva significada nos morros forma uma espécie de deontologia marginal, silenciada pela grande mídia, de forma a evitar que as pessoas possam se debruçar sobre os efeitos contraditórios presentes na produção de sentidos e na relação entre o dizer e o não-dizer.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo. Literatura. Violência. Livro-reportagem.

ABSTRACT: This paper analyzes the plurality present in journalistic work in books-report. The analysis encompasses the book *Abusado* by Caco BARCELLOS (2004), and *Cidade Partida* Zuenir VENTURA (1995). The idea is show the possibilities of covering violence in the country in a less simplistic and more human way. Reports that can escape from the stereotypes, giving voice to the unknown "other" that is present in the slums. The discursive production on the hills forms a kind of marginal ethics, silenced by the mainstream media. That situation avoid that people can look into the contradictory effects present in the production of meanings and the relationship between saying and no-saying.

KEY-WORDS: Journalism. Literature. Violence. Reporting-book.

*Felipe Rodrigues é mestrando em Divulgação Científica e Cultural, programa do Instituto de Estudos de Linguagem (IEL) e do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade de Campinas (Unicamp). E-mail: far.jornal@uol.com.br

** Eni Orlandi é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, nível 1^a. Possui graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara (1964), mestrado em linguística pela Universidade de São Paulo (1970) e doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo (1976). Atualmente é professora docente da Universidade do Vale do Sapucaí e professora colaboradora da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: enip@uol.com.br

Introdução

Os meios de comunicação geralmente não refletem os diferentes conflitos sociais existentes em cada acontecimento. As coberturas da grande imprensa, em geral, deixam de dar voz à pluralidade de vozes existentes em notícias relacionadas à violência, deixando de apresentar personagens, situações, antecedentes, conseqüências e interligações entre diversos fenômenos. No lugar, o que há é uma comunicação que relata de forma burocrática os diferentes aspectos da realidade.

Embora existam exceções na mídia, o que acontece, via de regra, é uma busca por atualizações cada vez mais momentâneas, notícias cada vez mais atraentes e um objetivo maior de superação da concorrência. Não há uma possibilidade de compreender as realidades sociais com mais complexidade, de forma pluralista, pois a rotina industrial dos meios de comunicação impossibilita uma busca mais aprofundada dos repórteres na elaboração das produções jornalísticas. As reportagens passam a responder apenas a perguntas básicas às quais o receptor deve entender e dificulta a orientação no caos social.

Ao cobrir a violência, percebe-se que a mídia esquece diversas realidades e hierarquiza a produção jornalística conforme o grau de peculiaridade dos eventos. Locais sem um adicional simbólico não são capazes de fazer com que seus acontecimentos sejam bem situados, destacando seus aspectos multifacetados. Periferias que têm percentuais altos de violência só são objetos de cobertura jornalística quando têm acontecimentos mais sensacionais, como grande número de mortos ou mudança no comando de uma favela. Os diversos pontos de vista dificilmente são escutados e, geralmente, apenas fontes oficiais e boletins de ocorrência são privilegiados no relato dos fatos.

Este artigo analisa dois livros-reportagem e o tratamento dado pelas obras à questão da violência. *Abusado*, livro-reportagem de Caco BARCELLOS (2004) e *Cidade Partida*, livro-reportagem de Zuenir VENTURA (1995) sobre a Chacina de Vigário Geral e suas conseqüências, em 1995, são livros que buscam uma abordagem diferenciada da temática da violência e que podem

revelar diferentes camadas de uma mesma temática. O estudo avalia o que é chamado de *deontologia marginal*, que é mostrada nos dois livros. O termo se refere a uma ética própria que guia os princípios morais nos morros, destacando a pluralidade da percepção de mundo neste local.

Parte-se da hipótese de que o livro-reportagem estende a função do jornalismo convencional, comprometido com uma linha de produção de ritmo industrial e voltado ao dia a dia. Com uma autonomia maior, o autor pode escolher a abordagem que considera ideal e, assim, conduzir os acontecimentos da maneira que julgar correta. O livro-reportagem pode conter temas que correspondam ao real, com um tratamento textual que sirva de elo entre leitor e mundo, além de contextualizar o tema.

Exclusão

O fenômeno de exclusão é tão vasto que é quase impossível delimitá-lo. Mas, fazendo um recorte considerado "ocidental", pode-se dizer que excluídos são todos aqueles que são rejeitados dos mercados materiais ou simbólicos e dos valores predominantes (SAWAIA, 1999, p. 25), em uma conjuntura marcada por uma espécie de impotência do Estado no controle das conjunturas nacionais. Os problemas sociais se acumulam, justapondo categorias sociais com renda elevada ao lado de categorias sociais excluídas do mercado e por vezes da sociedade. Pobreza e exclusão são faces de uma mesma moeda. Se, de um lado, cresce cada vez mais a distância entre os excluídos e os incluídos, de outro, essa distância nunca foi tão pequena, uma vez que os incluídos estão ameaçados de perder os direitos adquiridos.

Considerada intolerável pelo conjunto da sociedade, a pobreza reveste-se de um *status* social desvalorizado e estigmatizado. Consequentemente, os pobres são obrigados a viver numa situação de "isolamento", que dissimula a inferioridade de seu status no meio em que vivem, mantendo relações distantes com todos os que se encontram na mesma situação. A humilhação pode

impedi-los de aprofundar qualquer sentimento de pertinência a alguma classe social (SAWAIA, 1999, p. 135).

Na perspectiva da Psicologia Social, ou reconhece-se no Outro um semelhante, e assim confere a ele os mesmos atributos de humanidade que encontramos em nós, ou não reconhecemos no outro um semelhante. Para as classes dominantes é difícil reconhecer um indivíduo igual nas personagens da pobreza. Reconhece-se o diferente como desigual. Da desigualdade à inferioridade não há muita distância. Da desigualdade, se reconhecida como inferioridade e do desconhecimento ao temor, do ponto de vista psicológico, não há, também, grande distância (SAWAIA, 1999, p. 139).

O medo da desordem, da perda da vida e da propriedade; ou o descrédito na polícia e na justiça pode transformar a insegurança e o temor difusos em acusações contra segmentos sociais ou grupos específicos de sujeitos de quem se desconfia, que não são reconhecidos como iguais, não são portadores da mesma humanidade que uma pessoa enxerga em si mesma e nos seus iguais. São portadores de características desabonadoras, traços de caráter indesejáveis, potencial de violência que os torna pouco humanos.

O teórico Serge Paugam (SAWAIA, 1999, p. 139) aponta que há um movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população – e as experiências vividas nas relações de assistência que ele denomina desqualificação social. Ela corresponde a uma das possíveis formas de relação entre a população designada como pobre e o resto da sociedade (1999, p. 69). A distância entre as classes sociais distingue as experiências de vida de moradores das periferias e bairros nobres. Há diferentes histórias de vida e, conseqüentemente, há uma maneira distinta de se enxergar o mundo.

Discurso do silêncio

Na análise de discurso, discutem-se as diferentes formas de silêncio das palavras, em que entra em questão o tomar a palavra, obrigar a dizer, fazer

calar, silenciar. Trata-se aqui do silêncio no sentido constitutivo da linguagem, em que todo dizer cala algum sentido necessariamente. É o silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca é dito.

Isso pode ser feito de forma intencional, pela política do silêncio, política em que se produz um recorte entre o que se diz o que não se diz. É o não-dito necessariamente excluído, quando se pagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de outra formação discursiva, uma outra região de sentidos.

Pode-se dizer que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis, com uma contradição implícita nas próprias palavras. Mas, nesta política do silêncio há uma interdição do dizer, como na censura. Como assinala Orlandi (1997, p. 20), é preciso não confundir analiticamente os dois modos de existência do silêncio – o fundador e o político – sem, entretanto, separá-los categoricamente do ponto de vista teórico.

O silêncio é entendido como a possibilidade do dizer vir a ser outro e acaba resvalando em um ponto chave da análise do discurso, que é a incompletude presente nos textos que interpelam os sujeitos. A incompletude é constitutiva de qualquer signo - qualquer ato de nomeação é um ato falho, um mero efeito discursivo. O discurso diz muito mais do que seu enunciador pretendia. “A multiplicidade de sentido é inerente à linguagem” (ORLANDI, 1997, p. 20).

Por isso, o sentido é alvo do exercício do poder, principalmente em sociedades cujos governos são autoritários. Nos discursos oficiais, o sentido é atravessado por paráfrases, o mesmo é dito de várias formas para garantir que a monossêmia se naturalize. A Análise do Discurso mostra a relação que existe entre a produção do saber que naturaliza o sentido, com o poder que estabelece as regras da formação do referido saber. Ou seja, revela toda a trama feita no transcurso da história para que o sentido pudesse ganhar uma forma monossêmica, um status de natural (ORLANDI, 2005, p. 20).

A *deontologia marginal*¹ vivida nos morros do Rio de Janeiro diz respeito a uma organização discursiva, de representações acerca de um modo de viver diferente, com normas de conduta adotadas por criminosos e a população local dos morros. Toda essa representação múltipla, diferente da vida "no asfalto", vem sendo silenciada ou tratada de forma distorcida. A identificação de uma lógica própria que funciona à margem da sociedade e do próprio discurso formado pelo imaginário popular a respeito da vida nos morros cariocas.

Mendigos, pedintes, vagabundos e marginais povoaram historicamente os espaços sociais, constituindo universos estigmatizados através de séculos. As diferentes localidades estabelecem regras próprias de convivência, silenciadas na maioria dos discursos presentes nos meios de comunicação. Há uma ética singular que serve de orientação às atitudes que venham a serem tomadas nos diferentes lugares de uma cidade. Se em zonas nobres as pessoas vivem em condomínios fechados, coberturas de apartamentos ou mansões, nas periferias observa-se uma espécie de *deontologia marginal*. As pessoas convivem com normas de conduta ditadas pelos traficantes, donos do morro, muitas vezes considerados o verdadeiro prefeito, dada à distância dos locais em relação ao poder público.

O sentido etimológico da palavra *deontologia* faz referência à ciência dos deveres. *Deon*, *Deontos* significa obrigação, dever e *logia* expressa conhecimento, estudo. O conceito deontologia foi criado por Jeremy Bentham em sua obra "Deontologia, a ciência da moral". Para ele, a deontologia se aplica para as condutas dos homens que não estão escritas no Código Civil. Outro filósofo a estudar a deontologia foi Immanuel Kant que diferentemente de Bentham inspirava-se na ideia de imperativo categórico de que uma regra de conduta só pode ser eticamente aceita se for universal, isto é se tiver validade tanto para o agente quanto para todos os outros seres racionais. O ato deve se

¹ Termo extraído do livro *Cidade Partida*, de Zuenir VENTURA (1995).

revestir das características que sejam válidas para todos. Não importam as consequências dos atos e sim sua intencionalidade (BUCCI, 2000, p.22).

As regras de conduta variam de profissão para profissão e também de comunidade para comunidade. Analisar a deontologia marginal presente nos morros cariocas e nas periferias de todo o país pode ser um difícil processo para aqueles que não estão acostumados com a ética praticada nesses locais.

Zuenir VENTURA (1995) analisou a deontologia marginal que percebeu no morro carioca de Vigário Geral como um sistema de regras totalmente diferente do da cidade. Há uma minoria de traficantes que domina o morro, possuem o poder. O poder militar que eles têm é resultado dos melhores armamentos, além do poder econômico por conta do volume financeiro, cujo maior movimento de dinheiro é do tráfico. E em consequência se tem o poder político também.

Então o que acontecia os bandidos estabeleciam essas regras se você não infringir, se o morador não infringir, não delatar, não desobedecer às leis e prescrições, tudo bem, ele não é incomodado. Então é mais fácil entender isso que a prática da polícia que é o braço da lei. Os caras vão lá fazer cumprir a lei, para proteger o cidadão e você se surpreende às vezes com essa polícia tomando dinheiro, invadindo, tentando violentar menina (VENTURA, 1995, p.60).

A forma como os policiais tratam os moradores do morro causa revolta e temor. Qualquer morador pode ter seu barraco arrombado se algum policial suspeitar que um traficante esteja escondido naquele local. Muitos moradores realmente oferecem abrigo a traficantes e chefes do tráfico porque simpatizam com eles e têm algumas vantagens. Traficantes nunca dormem a mesma noite no mesmo local e para isso chegam a contar inclusive com a ajuda da população do morro. Essa é a forma encontrada para despistar a polícia.

Não há nos grandes meios de comunicação construções de mensagens jornalísticas que levem em conta toda esta representação a respeito da violência no próprio morro do Rio de Janeiro. E aí está uma das grandes contribuições da Análise do Discurso, que deve observar os modos de

construção do imaginário necessário para concretizar a produção de sentidos. Por não negar a eficácia material do imaginário, a análise torna visível os processos de construção de um sentido que, ainda que imaginário, é necessário e indica os modos de existência e de relação com o múltiplo. Sabe-se que essa dispersão dos sentidos e do sujeito é a condição de existência do discurso, mas para que ele funcione, ele toma a aparência da unidade (ORLANDI, 1997, p. 20).

Com a omissão do Estado, chefes do tráfico que se preocupam com o bem-estar da comunidade onde moram ganham o respeito da população e também a sua ajuda. Segundo Zuenir, Flávio Negão diz que a população gosta muito dele. "Lembra que logo depois da chacina mandou repor, na rua principal, as trinta lâmpadas quebradas pela PM" (VENTURA, 1995, p. 107). O traficante atua como o homem que representa a lei na favela de Vigário Geral:

Às onze horas, alguém avisa: "Olha lá, os caras já chegaram". (...) A PM lá em cima como se estivesse numa torre tomando o comando de um campo de concentração, os traficantes ali ao lado do orelhão, armados (...) Todos são revistados ao entrar ou sair. Nessas ocasiões, as agressões policiais são comuns. A adolescente negra, bonitinha, que há pouco interpretava um dos papéis principais na peça do Teatro do Oprimido, foi bolinada na véspera quando era revistada. (VENTURA, 1995, p.65)

Um dia, o Poder Público apareceu na favela e apresentou o plano ao diretor da Escola de Samba local. O prefeito César Maia queria implantar uma experiência inédita em várias comunidades: cursos de dança, de DJs, de coreografia para funkeiros. Por interferência de Manoel, representante do poder público, Vigário Geral e Parada de Lucas foram incluídos no projeto. Ari da Ilha não fora avisado antes e, quando os três homens da prefeitura lhe explicaram o plano, ele disse:

- Ta bom, vou consultar o *Homem* e depois dou a resposta.
Por inabilidade ou desinformação, os funcionários públicos se impacientaram:
- Que homem?! O prefeito já autorizou o plano.
Seu Ari olhou para os três, e dessa vez falou pausado, ele que fala aos trambolhões:

- O prefeito de vocês é um; o meu é outro. (VENTURA, 1995, 175).

Outro aspecto deste código de ética foi percebido logo por Zuenir Ventura quando esqueceu o carro aberto no morro e um morador pediu que ele ficasse tranqüilo porque ali ninguém roubava. Durante a entrevista com Flávio Negrão trouxe esse episódio para a conversa e este foi categórico em dizer:

[...] - Ninguém mexe não. Da localidade, ninguém mexe. E de fora também não. Porque eles sabem como é que a gente é. Tem umas duas semanas roubaram da minha Kombi. Mas quem que foi? Foi polícia que roubou, o vigia viu. Quebraram o vidro e apanharam o rádio. O pobrema é a polícia. (VENTURA, 1995, p. 206).

Há uma série de efeitos de sentido aí trabalhando, todos silenciados pelo discurso predominante nos meios de comunicação. Falar em efeitos de sentido, aliás, é aceitar que está sempre neste jogo, na relação destas diferentes formações discursivas (retiradas do silêncio pelo trabalho dos livros-reportagem), na relação entre diferentes sentidos. Daí surge a necessidade do equívoco, do investimento em um sentido – e onde opera o silenciamento. Quando se diz 'x', o não-dito 'y' permanece como uma relação de sentido, ou seja, a formação discursiva produzida pela grande mídia implica uma outra, ausente, mas explicitada no livro de Zuenir Ventura.

Abusado

Abusado relata diversas singularidades existentes nas relações entre criminosos e/ou sociedade. De maneira mais abrangente, essa deontologia marginal aponta indícios de como funciona a vida nos morros cariocas e do Brasil. São histórias de vida que acentuam as diferenças culturais entre o pessoal do morro e do asfalto. Como exemplo disso, Caco contextualiza os "mutirões" realizados pelos moradores do bairro de Santa Marta na "arquitetura" do local.

Em 1940, os barracos de Santa Marta abrigavam dezenas de famílias vindas do interior fluminense e também de ex-escravos de Minas Gerais. O Rio de Janeiro tinha então menos de 100 favelas, com cerca de 140 mil pessoas, em sua maioria imigrantes. Em 1960, esse número já chegava a perto de um milhão de pessoas.

Os migrantes erguiam seus barracos na parte mais alta dos morros, para fugir da vigilância dos guardas florestais que expulsavam quem derrubasse árvores para construir moradias. A perseguição só acabou quando a Igreja Católica se tornou aliada da favela, com o bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara. O religioso defendia a fixação das favelas, levando os benefícios da urbanização aos seus moradores.

As capelas deram força para a fixação da favela e muitas vezes abrigaram trabalhadores nordestinos sem teto que buscavam emprego nas construtoras dos prédios de Copacabana. Além disso, a igreja incentivava as primeiras obras coletivas do morro.

A água potável da rede pública também só chegou à Santa Marta, em 1960, por influência de Dom Hélder Câmara. Ele buscou apoio externo e se envolveu pessoalmente na construção de um reservatório da capela do pico do morro (...) Os pais de Juliano, Romeu e Betinha, nessa época um jovem casal em início de casamento, ajudaram a formar um dos grupos de mutirão como amigos e também nordestinos (...) eles participaram do esforço coletivo para carregar o material de construção no ombro e assentar tijolo por tijolo na grande obra do reservatório, uma caixa de alvenaria com capacidade para 200 mil litros d'água (...) Pronto o reservatório, num clima de euforia, os próprios favelados providenciaram a construção de uma rede de distribuição de água pioneira, numa *ação coletiva que envolveu trabalhadores, desocupados, malandros e bandidos na obra de maior orgulho da história de Santa Marta* (grifos nossos). (BARCELLOS, 2004, p. 67)

A influência histórica da ala progressista da Igreja Católica se revela na religiosidade dos bandidos do morro, capazes de interromper determinadas ações ao se verem desorientados pelas palavras de Deus. Mas além da influência da Igreja na construção do local, a citação mostra a solidariedade em nome de um bem comum: a melhoria da favela. Integrantes do tráfico e população local se aproximam para tornar o lugar em que moram mais

agradável. A falta de políticas públicas e a consciência de que uma mobilização se faz necessária fazem com que os criminosos do local tratem os demais como iguais.

A deontologia marginal não interfere no andamento de melhorias da favela. Se as intervenções existirem, é porque os criminosos julgam que o caminho mais interessante de um projeto não é aquele que está sendo tomado. Ao se unir aos moradores de Santa Marta, bandidos e moradores se reúnem para melhorar o local. Se há uma ideia de tornar Santa Marta um lugar mais agradável de viver, os bandidos não irão impedir os andamentos de um projeto. Ao contrário, as tarefas realizadas são as mesmas das dos demais, independente dos cargos que os traficantes possam ocupar na gerência da boca.

A lógica de poder no morro de Santa Marta aponta a autonomia do chefe do tráfico na solução dos problemas que a favela enfrentava. Na ida de Michael Jackson ao morro em 1993 na gravação de um vídeo-clipe, o lugar acusticamente ideal para a gravação era uma igreja evangélica. Porém, o pastor do local era contrário a este evento.

As equipes de gravação tiveram um primeiro contato com o presidente da Associação dos Moradores na época, José Luís de Oliveira, que prometeu providenciar as facilidades que fossem pedidas. Mas, quando apareceram problemas, o pessoal percebia que ele sempre recorria ao dono do morro na época, Juliano VP, que interferia quando julgava necessário.

- Qual o problema é qual a solução, mermão? – perguntou Juliano ao pastor da igreja.
- Os problemas são as normas da Igreja, esse tipo de música pra nós não pega bem – respondeu o pastor.
- E a solução? – perguntou Juliano.
- É a que você quiser – respondeu o pastor, (BARCELLOS, 2004, p. 334)

A situação mostra o poder de Juliano, capaz de fazer o religioso do local deixar em segundo plano suas crenças em nome da harmonia do lugar. Juliano arranjou alguns barracões em aprovação ao respeito que o pastor lhe impusera

ao agir daquela maneira. Uma norma de conduta em que a palavra final é sempre dada pelo mais poderoso.

Poder que causava predominantes receios em Juliano. Vida de bandido requer cuidados nunca considerados excessivos. Uma simples caminhada pode significar a emboscada fatal. A polícia sempre pode aparecer escondida em alguma moita ou atrás de barracos e árvores. Práticas que primam pelo medo de eventuais armadilhas são consideradas necessárias pela deontologia marginal. Jamais o traficante pode esquecer-se do perigo que a vida criminosa traz consigo, nem mesmo em uma caminhada.

Depois de uma semana sem aparecer na rua durante o dia, Juliano saiu do barraco onde estivera escondido com Veridiana animado e confiante. Mas logo achou que a descida cheia de curvas do beco da Boa Fé estava deserta demais para uma tarde de domingo. Ele tinha por hábito imaginar alternativas de fuga enquanto caminhava. Dessa vez, passou os olhos pelo valão do esgoto, depois pela janela aberta de um barraco e calculou que poderia subir até a laje e correr para os lados de dona Virgínia, área de concentração da quadrilha nesses dias. (BARCELLOS, 2004, p. 356)

Uma falta de tranqüilidade constante na vida de quem impõe as regras no morro de Santa Marta. A deontologia marginal destaca que à medida que o poder de um criminoso aumenta, cresce sua intranqüilidade também. O medo é constante por conta da periculosidade do cargo que se ocupa. O mito da "vida fácil" encontra barreiras na descrição de Caco Barcellos da impossibilidade de Juliano VP poder ter pequenos prazeres diários de vez em quando.

Decisões que podem envolver vidas de pessoas. No morro do Santa Marta, havia os chamados "Tribunais de Sangue", em que os bandidos donos do morro decidiam o destino de pessoas em julgamentos que culminam muitas vezes com execuções sumárias.

São esses tribunais que ajudaram a consolidar, pelo medo, o poder do trio (Juliano, Claudinho e o irmão, Raimundinho) na gerência do morro. Foram julgados homens indisciplinados e suspeitos de colaborarem com a polícia (o ódio aos informantes pode ser considerada a primeira regra da deontologia marginal) ou com quadrilhas rivais que estavam na mira principalmente de

Raimundinho. As sentenças tornaram-se cada vez mais imprevisíveis e cruéis. Mesmo os absolvidos não escapavam do espancamento em lugares públicos. Podiam ser surrados a socos, pontapés, pauladas e estocadas. Os casos de decisões extremas ganharam o pico do morro como base para torturas e fuzilamentos. A ideia dos tribunais de sangue dava aos donos do morro a legitimidade de juízes, capazes de discernir o que é o certo e o errado com clareza. Mas a abundância de poder muitas vezes cegava os traficantes.

Uma implicância sem fundamento ou a necessidade de provar o seu poder de perversidade também eram motivos para Raimundinho multiplicar os tribunais. Ele chegou a executar uma mulher de 50 anos, Irana, apenas para competir com os carrascos do morro Cerro Corá, gerenciado pelo amigo Bruxo, que havia matado uma adolescente chamada Choquita. Raimundinho soube que o corpo dela fora esquartejado em trinta pedaços, postos dentro de uma mala e desovado em um caminho no meio da floresta, ligação do Cerro Corá com a Santa Marta. Dias depois fez a mesma coisa com Irana, que ele alegou ser informante dos inimigos (BARCELLOS, 2004, p. 220).

Prova do autoritarismo que a deontologia marginal pode cometer, os tribunais já eram prática comum, nos anos 90, nos morros cariocas. Mas em Santa Marta só começaram a ser postos em prática quando o trio Juliano, Claudinho e Raimundinho estava no comando. Se um dos três gerentes estivesse no local dos julgamentos, era recomendável aos passantes cumprir um ritual de reverência: olhar para o altar e fazer o sinal da cruz no peito ou na testa, sob pena de levar bronca ou até mesmo sofrer agressão.

Outro importante aspecto da deontologia marginal é o número de parceiras que os criminosos possuem. Diferentemente do convencional paradigma marido/mulher que é difundido pela sociedade, nos morros, os bandidos possuem várias namoradas sem se preocupar em constituir família especificamente com alguma delas. O compromisso com as mulheres que os bandidos têm um filho se resume a uma pensão. Muitas vezes, eles sequer acompanham o crescimento das crianças, dado o medo de que algo possa acontecer com os filhos.

Não há fixação por uma parceira ideal e as mulheres admitem a divisão do "marido" desde que lhe sejam atribuídas características que as distingam

das demais. Por outro lado, não se admite traição de uma das mulheres ao homem que aceitaram dividir pacificamente. Traído por uma das mulheres, de nome Marina, cujo amante trabalhava como policial, Juliano resolveu voltar de uma ausência no morro só para esclarecer esse assunto. Junto de diversos amigos, o criminoso parou na frente da casa da namorada, que confirmou a história da traição. A reação de Juliano decepcionou a todos.

- Caralho! Tu é bem corno mesmo, hein, Juliano? Tua vai quebrá essa putana, não, homem? (...)

Para os homens que desejavam vingança, restava a esperança de um duelo inevitável. Não iria demorar muito para os caminhos de Juliano e Josefino se encontrarem (...) Mas a prioridade de Juliano era outra. (BARCELLOS, 2004, p. 389)

Regras marcadas pela singularidade das práticas de criminosos perante as adversidades que a vida os coloca. O mesmo bandido que contribui em um mutirão e pensa na melhoria da favela pode sentenciar a morte de um morador do morro por mero capricho ou qualquer outra motivação de caráter irrelevante. Um código de conduta que privilegia as ideias que os criminosos têm acerca da vida. Novas regras aplicadas em uma realidade que pede mudanças de atitudes dada as circunstâncias de exclusão que não dão mais voz aos moradores das periferias.

Deontologia usada para orientação de um grupo de pessoas que não encontram espelho nas normas que a sociedade havia imposto até então. As regras *são* cumpridas por eles, independente das normas do restante da sociedade. As regras parecem fazer parte da vida deles. Marginal, mas uma deontologia que cumpre o papel de legitimar as ações de um segmento da população. Medo e respeito que fazem com que os moradores sigam as regras e façam com que a deontologia seja respeitada por todos.

Considerações finais

Toda a produção discursiva significada nos morros é silenciada pela grande mídia, de forma a evitar que as pessoas possam se debruçar sobre os efeitos contraditórios presentes na produção de sentidos e na relação entre o

dizer e o não-dizer. São vozes caladas que têm como efeito uma significação totalmente incompreendida, dificultando uma análise mais pluralista a respeito da realidade. O que se deixa de compreender é como os sentidos são significados nessas localidades, pois embora os sentidos já circulem antes da existência dos indivíduos, eles nunca estão já lá, podendo chegar de qualquer lugar e se desdobrando em outros sentidos, como mostra essa deontologia marginal, funcionando à margem da sociedade.

A pauta pensada dentro da linguagem de um livro-reportagem pode ter uma liberdade temática que consiga localizar os conflitos existentes e procura interligá-los de maneira que dê ao leitor uma visão ampla dos fatos, distante de simplificações ou de fórmulas que “envernizam” a verdade por trás das diversas forças da sociedade. A violência pode ser mostrada em suas mais profundas raízes, sem a presença de discursos mais simplificados ou um tratamento que explore apenas o sensacional existente em um crime.

Com isso, surgem os personagens reais Juliano VP, Flávio Negão, Luz, Caio Ferraz. Fontes que apontam indícios de comportamentos singulares quando confrontados em situações idênticas. Passa a aparecer o comportamento dos marginais, as angústias, a *deontologia* que rege os hábitos das diferentes pessoas que estão nas linhas de *Abusado* e *Cidade Partida*. Uma visão pluridimensional simultânea, em que diferentes pessoas podem interagir e refletir comportamentos humanos existentes nos segmentos da sociedade.

A *captação* é enriquecida através de entrevistas que possibilitam enxergar além do padrão (LIMA, 1995, p. 68). Fontes podem ser compreendidas no seu âmago em depoimentos que mostrem personagens do dia-a-dia em gestos e movimentos que evidenciam a riqueza de suas histórias.

Há mais de uma realidade presente nos acontecimentos jornalísticos. Realidades de diferentes dimensões sobrepõem-se e interpenetram-se. Em livros-reportagem que se norteiam por esse princípio, há uma maior possibilidade de procurar uma documentação que possa confrontar e/ou polemizar diferentes versões que surgem no processo de averiguação de informações.

Referências

BARCELLOS, Caco. *Abusado: o dono do morro da Santa Marta*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas Ampliadas : o livro-reportagem como extensão do jornalismo*. Campinas: Unicamp, 1995.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *As formas do silêncio: movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 1997

SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

Recebido em maio de 2010.

Aceito em junho de 2010.